



RELATÓRIO DE MONITORAMENTO AUDITORIA 02/2025

LICITAÇÕES E CONTRATOS

Tema: Enfoque na regularidade dos Processos Licitatórios com base na Lei Federal n.14.133/2021.

Unidades Monitoradas: Prefeitura Municipal de Bom Sucesso do Sul - Departamento de Finanças - Sala da Divisão de Licitações e Contratos.

Auditor: Marcelo Dambros

Data do Relatório da Auditoria: 03 de Julho de 2025.

Prazo do Monitoramento: Aproximadamente 120 dias após a apresentação do Relatório de auditoria.

1. APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Monitoramento tem como finalidade acompanhar o cumprimento das recomendações emitidas na Auditoria 02/2025, realizada entre 23 e 27 de junho de 2025. O trabalho foi fundamentado nas diretrizes do Plano Anual de Atividades do Sistema de Controle Interno Prefeitura e Câmara de Vereadores de Bom Sucesso Do Sul Exercício de 2025, no PAAI - Plano Anual de Auditoria Interna - 2025 de Bom Sucesso do Sul e Manual Prático de Auditoria Interna para o Município de Bom Sucesso do Sul - 2025.

O objetivo principal do monitoramento é verificar a evolução das ações desencadeadas após a auditoria, bem como analisar as licitações, de maneira a verificar se os processos estão efetivamente constituídos e em cumprimento das leis, de modo a certificar que os servidores responsáveis cumpriram suas obrigações garantindo a transparência, a legalidade e a eficiência na gestão dos recursos públicos. De acordo com a Matriz de Achados, com evidências, causas efeitos ou riscos e recomendações, apresentadas ao Prefeito junto com o Relatório de Auditoria 02/2025 em 03 de julho de 2025, recebido pelo mesmo no dia 04 de Julho de 2025.

2 - MATRIZ DE ACHADOS – COM RESULTADO

AUDITORIA 02/2025 - LICITAÇÕES E CONTRATOS

Enfoque na regularidade dos Processos Licitatórios com base na Lei Federal n. 14.133/2021

Objeto da auditoria: Analisar as licitações, de maneira a verificar se os processos estão efetivamente constituídos e em cumprimento das leis, de modo a certificar que os servidores responsáveis cumpriram suas obrigações garantindo a transparência, a legalidade e a eficiência na gestão dos recursos públicos.

Prefeitura Municipal
Bom Sucesso do Sul
Marcelo Dambros
Controle Interno
BR 26615



Prefeitura Municipal de Bom Sucesso do Sul



ESTADO DO PARANÁ
e-mail: pmbssul@bssul.pr.gov.br

2.1 Tabela de achados com resultados:

ACHADO	EVIDÊNCIAS	CAUSAS	EFEITOS/RISCOS	RECOMENDAÇÕES	RESULTADO
ACHADO 1 Ausência de assinatura do Diretor no Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 27/2025 (pág. 84).	<ul style="list-style-type: none">Verificação do Termo de Referência constante no processo licitatório demonstrou ausência da assinatura da autoridade requisitante (Diretor do Departamento responsável), conforme página 84.	<ul style="list-style-type: none">Falha no fluxo interno de validação do Termo de Referência.Ausência de checklist formal para conferência de documentos obrigatórios.Entendimento equivocado de que apenas a assinatura do setor de compras seria suficiente.	<ul style="list-style-type: none">Fragilidade na formalização da demanda.Possível questionamento sobre a legitimidade da necessidade apresentada.Violação ao art. 7º, §2º, I, da Lei 14.133/2021, que exige aprovação da área requisitante.Risco de nulidade parcial ou atraso na execução.	<ul style="list-style-type: none">Exigir a imediata inclusão da assinatura da autoridade responsável no Termo de Referência.Formalizar fluxo interno que condicione o envio do Termo de Referência ao setor de compras somente após validação e assinatura da área requisitante.Instituir checklist obrigatório para todos os processos de contratação.	NÃO SANADO <i>Obs. Últimos processos analisados, visto que a maioria continuam sem a assinatura dos diretores nos termos de referência e agora também sem assinatura do prefeito nos avisos de dispensa e inexigibilidade e nos editais.</i>
ACHADO 2 Divergência de descrição no Termo de Referência (pág. 81) entre "utensílios domésticos e equipamentos" e o objeto efetivamente licitado.	<ul style="list-style-type: none">Página 81 do Termo de Referência na Descrição da Necessidade) descreve objeto diverso daquele previsto no edital.A expressão "utensílios domésticos e equipamentos" não corresponde ao objeto licitado.	<ul style="list-style-type: none">Possível reaproveitamento indevido de minuta ou texto padrão sem atualização.Revisão insuficiente do conteúdo do TR antes da publicação do edital.Falha no controle de qualidade dos documentos preparatórios.	<ul style="list-style-type: none">Incoerência documental que compromete a segurança jurídica do processo.Risco de impugnações, recursos, glosas e nulidades (arts. 12 e 53 da Lei 14.133/2021).Dificuldade na fiscalização e no recebimento dos itens contratados.	<ul style="list-style-type: none">Corrigir a descrição do objeto no TR para garantir aderência ao edital.Reforçar a revisão técnica e jurídica prévia dos documentos preparatórios.Criar modelo de Termo de Referência validado institucionalmente, reduzindo improvisos e inconsistências.	SANADO
ACHADO 3 Exigência inadequada de entrega no setor de compras, em embalagens lacradas, contida na Minuta da Ata e na Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº 27/2025.	<ul style="list-style-type: none">Minuta e Ata assinada determinam entrega no setor de compras, "em embalagens lacradas".Tal exigência não guarda relação com a finalidade ou natureza do objeto licitado.	<ul style="list-style-type: none">Ausência de alinhamento entre TR, edital, minuta da ata e prática operacional.Utilização de modelo de ata que não foi adequadamente ajustado ao objeto específico.Falha de conferência entre os documentos antes da assinatura.	<ul style="list-style-type: none">Imposição de requisito incompatível com o objeto, podendo gerar atrasos, devoluções e dificuldades logísticas.Violação ao princípio da vincutividade e da coerência do processo (arts. 12, 18 e 23 da Lei 14.133/2021).Risco de disputa com o fornecedor e prejuízo ao recebimento dos itens.	<ul style="list-style-type: none">Ajustar as atas de registro, suprimindo exigências incompatíveis com o objeto.Revisar e atualizar o modelo institucional de ata antes de seu uso.Estabelecer conferência cruzada (Termo de Referência-Edital-Minuta-Ata) antes da assinatura final.	SANADO

Prefeitura Municipal
Bom Sucesso do Sul
Marcelo Dâmbros
Controle Interno
CRA-PR 26615



Prefeitura Municipal de Bom Sucesso do Sul



ESTADO DO PARANÁ

e-mail: pmbssul@bssul.pr.gov.br

ACHADO 4 Ausência do nome do Gestor do Contrato na Minuta das Atas de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº 27/2025.	<ul style="list-style-type: none">A minuta das atas de registro não apresenta a designação do gestor responsável pelo futuro contrato.Pareceres jurídicos internos 075/2025 (item 25) e 091/2025 (item 13) determinam obrigatoriedade dessa identificação.	<ul style="list-style-type: none">Falta de padronização do campo "gestor do contrato" no modelo de ata.Desalinhamento entre os pareceres jurídicos e as práticas administrativas.Ausência de revisão final antes da publicação.	<ul style="list-style-type: none">Incerteza quanto à responsabilidade pela fiscalização e acompanhamento da execução.Violação ao art. 117 da Lei 14.133/2021, que exige designação formal do gestor.Risco de falhas operacionais no recebimento e controle da entrega dos itens.Descumprimento de orientação jurídica vinculante.	<ul style="list-style-type: none">Incluir o nome e cargo do gestor na minuta das atas.Atualizar o modelo padrão de ata para conter obrigatoriamente esse campo.Implantar fluxo que condicione assinatura da ata à designação formal do gestor.	SANADO PARCIALMENTE <i>Obs. Últimos processos analisados, visto que alguns estão incluídos cargo e nome do gestor responsável e alguns somente o cargo sem o nome do gestor responsável.</i>
ACHADO 5 Falta de assinatura do Prefeito no Ofício 210/2025 que autoriza a Inexigibilidade nº 06/2025 (pág. 60).	<ul style="list-style-type: none">O Ofício 210/2025, que autoriza a abertura do processo de inexigibilidade, encontra-se sem assinatura da autoridade competente (prefeito).	<ul style="list-style-type: none">Falha na tramitação interna e ausência de conferência antes da juntada ao processo.Procedimento de autorização não formalizado.Rotina administrativa que não assegura assinatura obrigatória da autoridade máxima.	<ul style="list-style-type: none">Ato administrativo sem validade formal, conforme art. 50 da Lei 9.784/1999.Risco de nulidade do processo de inexigibilidade (arts. 72 e 74 da Lei 14.133/2021).Fragilidade na tomada de decisão da contratação direta.Potencial responsabilização do agente público.	<ul style="list-style-type: none">Solicitar imediata regularização com assinatura do Prefeito.Criar rotina formal de autorização de contratação direta, com verificação automática de assinatura.	SANADO

3. ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES

A análise consolidada dos cinco achados demonstra que, embora tenha havido avanços pontuais na correção de falhas documentais e procedimentais, o conjunto do processo ainda apresenta fragilidades estruturais que exigem atenção contínua. Observa-se que apenas dois achados foram plenamente sanados (Achado 2 e Achado 3), um foi sanado parcialmente (Achado 4) e dois permanecem sem solução (Achado 1 e Achado 5), ambos relacionados diretamente à ausência de assinaturas de autoridades competentes, problema recorrente e que afeta a legitimidade e a segurança jurídica das contratações.

O monitoramento revela padrão sistêmico de inconsistências no fluxo interno de validação, ausência de revisão final, baixa aderência aos pareceres jurídicos já emitidos e uso de modelos institucionais desatualizados. Em especial, destaca-se que os achados não sanados possuem maior gravidade, pois comprometem a validade formal dos atos administrativos e podem gerar nulidades, atrasos, impugnações ou responsabilização dos agentes envolvidos.

Prefeitura Municipal
Bom Sucesso do Sul
Marcelo Dambrós
Controlador Interno
CRA-PR 26815



Prefeitura Municipal de Bom Sucesso do Sul



ESTADO DO PARANÁ
e-mail: pmbssul@bssul.pr.gov.br

4. CONCLUSÃO GERAL

Conclui-se que o grau de conformidade atual é parcial e insuficiente, indicando que as melhorias implementadas ainda não se consolidaram como rotina administrativa. Recomenda-se continuidade do monitoramento, reforço imediato das ações corretivas não implementadas, atualização obrigatória dos modelos institucionais, padronização dos fluxos com checklists formais e responsabilização clara das áreas envolvidas. A adoção dessas medidas tende a reduzir reincidências, elevar a segurança jurídica e aprimorar a governança das contratações públicas, garantindo maior aderência às disposições da Lei nº 14.133/2021 e aos pareceres técnicos e jurídicos internos.

Bom Sucesso do Sul – PR, 03 de Dezembro de 2025.

MARCELO DAMBROS – CRA/PR 26615
COORDENADOR DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Prefeitura e Câmara Municipal de Bom Sucesso do Sul – Paraná